

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.325 - MA (2020/0247438-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**

**AGRAVANTE : ESTADO DO MARANHÃO**

**PROCURADORE : GABRIEL MEIRA NÓBREGA DE LIMA  
S**

**TULIO SIMOES FEITOSA DE OLIVEIRA**

**AGRAVADO : LILAH DOS REMÉDIOS GONÇALVES FRANÇA**

**ADVOGADOS : PEDRO HENRIQUE ANDRADE VIEIRA GARCIA -  
MA009915**

**JONATHAN TAVARES DOS SANTOS MORAIS -  
MA016585**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DO MARANHÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim resumido:

PROCESSO CIVIL APELAÇÃO CÍVEL EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SENTENÇA ILÍQUIDA HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS EM DATA POSTERIOR AO TRÂNSITO EM JULGADO PRESCRIÇÃO AFASTADA SENTENÇA CASSADA APELO PROVIDO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c" do permissivo constitucional, alega, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 1º do Decreto n. 20.910/32, no que concerne à prescrição da pretensão executória, no sentido de que, quando a liquidação depende de meros cálculos aritméticos, o prazo prescricional tem como termo inicial o transito em julgado da ação de conhecimento, não cabendo a interrupção ou suspensão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe

# *Superior Tribunal de Justiça*

de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Dessa forma, reconhecida a ausência de prequestionamento da tese objeto da divergência jurisprudencial, inviável a demonstração do referido dissenso em razão da inexistência de identidade entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido: “O óbice da ausência de prequestionamento impede a análise do dissenso jurisprudencial, porquanto inviável a comprovação da similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado”. (AgInt no AREsp 1.639.095/RJ, relator Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/5/2020.)

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1.862.546/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgInt no AREsp 1.486.884/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 19/2/2020; e EDcl no REsp 1.274.569/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2014.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente